

1  
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Sessão Ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2019

ATA Nº 5/2019

- Aos trinta dias do mês de setembro de dois e dezanove realizou-se, pelas vinte e duas horas e quarenta minutos, em sessão ordinária, no edifício da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso, sito na Rua do Jardim, número setecentos e quarenta e quatro, a presidida por Tiago Filipe da Costa Braga. Constituíram a mesa a 1ª Secretária, Carla da Silva Machado e Arnaldo da Rocha Ferreira da Silva

- Feita a chamada, após efetuadas as substituições pedidas abaixo discriminadas, registou-se a **presença dos membros** Tiago Filipe da Costa Braga, Carla da Silva Machado, Arnaldo da Rocha Ferreira da Silva, Miguel Marques de Lemos Rodrigues, Bruno Alexandre Tavares Castro Pimentel, José Manuel da Silva Ferreira, André Filipe Nogueira Rodriguês, Luciana da Costa Reis, Maria Helena Fortunato Figueiredo, Ricardo Miguel Eusébio de Campos, Diogo Filipe Prada da Silva, João Nuno Ribeiro da Silva, do PS; Gustavo Leite Gama, António José da Silva Pereira, Ana Andreia dos Santos Ferreira Castelo, Ondina Maria Azevedo Almeida Luz Duarte e João Telmo Marques Espinhaço, do PSD; Nuno Filipe Pinto de Sousa e Tiago André Pinheiro Serafim dos Santos, do BE; Elsa Ludmila Dias da Silva, da CDU e José Ricardo Dias Lopes do CDS/PP.

- **Do Executivo estiveram presentes:** Presidente, João Paulo Moreira Correia, Alexandra Mónica Soares Amaro, José Carlos de Almeida Morais Soares, Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco, Domingos José da Silva Coelho, Daniela Pereira Vieira e Hélder Filipe Garcia de Abreu da Costa.

- **Foram pedidas as substituições,** pelos respetivos líderes parlamentares, Miguel Marques de Lemos Rodrigues (PS), por Bruno Alexandre Tavares Castro Pimentel (PS); Barbara dos Santos Martins (PS), por José Manuel da Silva Ferreira (PS), Hélder Serafim da Silva Ribeiro (PS), por Ricardo Miguel Eusébio de Campos (PS), Isabel Leite Ferreira (PS), por João Nuno Ribeiro da Silva (PS); Paula Maria Militão de Lemos Valentim (BE), por Nuno Filipe Pinto de Sousa (BE).

### 1. Período de Intervenção Aberto ao Público

- **Sr Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia:** lembrou que no Período de intervenção aberto ao público, o tempo estabelecido é de trinta minutos, conforme estabelecido regimentalmente, sendo que cada intervenção terá o tempo de cinco minutos.

- **Sr. Alberto Pinto Nicolau:** questionou o Senhor Presidente da junta de freguesia, sobre a situação de transportes em Vilar do Paraíso, principalmente na VL12 e à noite, dizendo que existia uma carreira para

Valadares da empresa Espírito Santo, a qual foi retirada. Ao senhor Presidente da Assembleia de freguesia como Presidente do Metro do Porto, gostaria de fazer um pedido de ajuda em relação aos transportes da VL12.

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia:** respondeu ao Sr. Alberto Nicolau, dizendo que responde exclusivamente como cidadão e como Presidente da Assembleia de Freguesia, referindo que a interpelação que fez à mesa da Assembleia será remetida à Metro do Porto.

- **Sr. Presidente da Junta de Freguesia:** repetindo o que disse na última Assembleia de Freguesia, sobre os transportes, pedindo antecipadamente desculpa a quem já ouviu as explicações, mas a verdade é que o Senhor Alberto Nicolau não resiste a ter uma plateia, hoje, mais numerosa, para fazer as mesmas perguntas, para ter as mesmas respostas e portanto nós estamos a uma semana da campanha oficial, temos boa nota, aqui na Assembleia de Freguesia, nestes momentos fazemos política local, política nacional, mas para lhe responder com seriedade tenho de falar sobre alguns temas que passam um pouco pela política local. A rede de transportes metropolitana está em fase de revisão, ou seja, será lançado um concurso para que os municípios se candidatem para projetar as linhas de transporte que querem para o seu Concelho, para o seu território, é evidente que há linhas que são sustentáveis, há linhas que são deficitárias e por cada linha deficitária os municípios têm que pagar o défice anual do serviço dessa linha, é o que já acontece hoje, aliás a Câmara Municipal de Gaia tem uma despesa anual junto dos STCP para cobrir o défice das linhas que são apuradas hoje, mas que são deficitárias, as linhas são deficitárias, como toda a gente sabe, quando o número de utentes da linha não cobre a receita do número de utentes da linha não cobra o valor do custo por operação, é evidente que não podemos estar à espera de resolver todos os problemas do Concelho nem da área Metropolitana, mas, daquilo que me diz respeito, a Junta de Freguesia foi chamada pelo Município a apresentar uma proposta daquilo que é a sua análise sobre a rede atual dos transportes e no lado B da sua participação dizer quais são as suas prioridades e quais são as suas propostas de linhas em concreto. Eu quero lembrar que o Senhor Alberto Nicolau, em 2013 quando cheguei à Junta, há poucos dias tinha encerrado uma linha, uma carreira que fazia aqui a VL12, em julho de 2013, quando cheguei à Junta não se fazia a carreira da Rotunda de Santo Ovídio à Junqueira e também já tinha sido descontinuada há muito tempo a carreira que fazia Cadavão, a Junta não tem qualquer competência na área dos transportes, a Junta e o Presidente da Junta, têm o poder de influência, tem o dever de influenciar as autoridades, para depois decidirem, foi nesse sentido, que eu procurei junto da empresa Espírito Santo convencer a empresa, que uma carreira entre Santo Ovídio e a Junqueira seria uma carreira lucrativa e hoje a carreira opera por aquilo que vai sendo, converso com muito utentes de Vilar do Paraíso, que é uma carreira que é muito utilizada e que tem grande procura e também convencemos a Espírito Santo que tinha comprado a Sequeira Lucas, ficou com a concessão da carreira a retomar a carreira de Cadavão, embora que não à noite, embora que aos feriados e fim de semana. Atualmente quem tem a concessão das carreiras e não as operar, não lhes acontece nada, todas as empresas de transportes coletivos, sejam públicos ou privados têm concessão de carreiras e se não operarem essas carreiras, infelizmente não são sancionadas, isso vai mudar, aliás o caderno de encargos que está a ser preparado vai penalizar as empresas que não cumpram horários,

vai penalizar as empresas que têm a concessão das carreiras que não as opere porque em última instância aqui quem sai sempre prejudicado é sempre o utente, o cidadão, evidente que isto requer tecnologia, os veículos das empresas que se candidatarem a essas carreiras têm que ser veículos com o máximo de anos de vida e também alguns têm que ter uma cota de veículos chamados os amigos do ambiente, que não sejam movidos a gasóleo, isso é evidente que será uma revolução nos transportes, mas naquilo que diz respeito à nossa Freguesia, à nossa União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, se bem que em Mafamude a questão dos transportes não é tão problemática como em Vilar do Paraíso, em Vilar do Paraíso continua a ser problemático e aquilo que nós propusemos foi em primeiro lugar que a carreira dos STCP que termina junto ao Centro de Saúde da Boa Nova, faz Centro Saúde a EB 2/3 e a PSP, seja prolongada ao centro de Vilar do Paraíso, para fazer a prova pelo centro de Vilar do Paraíso e depois quando estiver a caminho do Porto, em vez de ficar pela Rotunda das Oliveiras, vem à Rotunda da VL12, atravessando a auto estrada para este lado para apanhar as pessoas que moram nas imediações da VL12, São Martinho D'Além, etc., depois pedimos, propusemos também para que a carreira de Cadavão seja efetuada no horário noturno e aos feriados e aos fins de semana, e tudo isto, levando em linha de conta que os horários terão que ser todos eles cumpridos, porque haverá um contrato entre a área metropolitana do Porto e cada uma das empresas operadoras de transportes, é evidente que isto vai começar tudo do zero, ou seja, quando for lançado o concurso vão ser concessionadas as carreiras, as empresas que operarem essas carreiras têm que cumprir as regras do concurso, quem não cumprir as regras do concurso deixa de operar as carreiras o que é inaceitável tudo isto acontecer é que a empresa A, para não ferir suscetibilidades, a empresa A, tem a concessão da carreira X, não opera, isso também impede legalmente outra empresa que possa estar interessada em operar essa mesma carreira, portanto, isto tem que mudar e será essa a grande revolução, não depende de mim, como sabem, mas, naquilo que foi o trabalho de casa feito à Junta de Freguesia, o trabalho de casa foi feito atempadamente, não sei se os outros o fizeram, nós fizemos e estamos à espera que no lançamento do concurso sejam atendidas estas propostas entre uma e outra também, que não vale a pena estar aqui mais a maçar, mas estas são as duas grandes propostas quanto à rede de transportes aqui em Vilar do Paraíso, em Mafamude temos um problema que detetámos como o maior problema da rede de transportes, mas é evidente que a Freguesia de Mafamude vai ter o prolongamento do Metro até a Vila D'Este, vai servir aquela zona toda de Laborim de Cima, também uma parte de Laborim de Baixo, não é obviamente a Freguesia de Gaia com mais carência na rede de transportes, pelo contrário, se calhar é a Freguesia do Concelho com Santa Marinha que é melhor servida, significa isto que tem todos os problemas resolvidos, não significa isto que não existam carências para resolver, mas em termos prioritários é evidente que eu identifico que a questão dos transportes é talvez a matéria mais carente da Freguesia de Vilar do Paraíso apesar dos dois impulsos que foram dados há dois anos e meio, três anos, com a carreira de Santo Ovídio à Junqueira e com a reposição da carreira de Cadavão.

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia:** deu a palavra a mais três inscrições, todas sobre o mesmo tema; Vítor Casimiro da Costa, Ana Rita Ferreira Sousa e Pedro Miguel Teixeira Coutinho.

- **Sr. Vítor Casimiro da Costa:** fez uma apresentação de um requerimento/abaixo-assinado que

apresentou por escrito, encontra-se em anexo à presente ata e que foi lido em voz alta (Vide Doc. 3), sobre o pavilhão de Vilar do Paraíso e o Parque de São Caetano.

- **Sra. Ana Rita Ferreira Sousa:** fez uma apresentação de um requerimento/abaixo-assinado que apresentou por escrito, encontra-se em anexo à presente ata e que foi lido em voz alta (Vide Doc. 4), sobre o pavilhão de Vilar do Paraíso e o Parque de São Caetano.

- **Sr. Pedro Miguel Teixeira Coutinho:** fez apresentação de um requerimento/abaixo-assinado que apresentou por escrito, encontra-se em anexo à presente ata e que foi lido em voz alta (Vide Doc. 5), sobre o pavilhão de Vilar do Paraíso e o Parque de São Caetano.

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia:** tendo sido interpelado diretamente pela intervenção da senhora Ana Rita Sousa, referindo que um documento teria sido encaminhado ao cuidado da Assembleia de Freguesia e dos restantes grupos representados, respondeu de forma categórica, referindo que foi cumprido o procedimento normal em todas as moções que chegam à mesa da Assembleia. Disse, para que não restassem dúvidas, não ter existido qualquer pedido de reunião, não ter existido um pedido de reencaminhamento. A tramitação do documento foi a normal.

- **Sr. Presidente da Junta de Freguesia:** começou por referir, ser justo distinguir as três intervenções aqui apresentadas em dois blocos. Um para as duas últimas, a da Sra. Ana Rita Sousa e do Sr. Pedro Coutinho e um outro para a intervenção do Sr. Vítor Casimiro. Disse apreciar as divergências de opiniões e as diferentes formas de pensar, mas quando estas são tão dispares e o assunto é o mesmo, torna-se enigmático. Ideias muito diferentes sobre matérias relacionadas com o seu território, política nacional ou política internacional. Na sequência do que ouviu anteriormente durante a intervenção do Sr. Vítor Casimiro, em que pelo facto de se discordar de alguém, se rotula as pessoas de pouco transparentes, pouco sérias, que o que diz é falso e que há má gestão, disse não poder aceitar. Disse não admitir, não aceitar que o coloquem, porque nunca o fez num debate, nesses termos. Disse que a divergência é o porquê de a democracia funcionar bem, é o músculo da democracia, aceitar a diferença de opinião, independentemente da forma como cada um luta pela sua opinião. Gostaria, portanto, de fazer imediatamente um ponto de ordem nessa matéria, até porque a intervenção até achou construtiva, do ponto de vista daquilo que foi a sua tentativa de exaltação da memória coletiva do Parque de São Caetano. Acontece, porém, que quando foi à divergência de opinião, por não concordar com o Presidente da Junta, aludiu à ausência de transparência e de seriedade, a práticas de má gestão, etc. e isso não é admissível. Disse que nunca diria tal coisa dos que têm opiniões divergentes. Crê que a Junta tem dado uma imagem de grande rigor democrático, valorizando a cidadania. Disse não ser este o primeiro ato de cidadania que confronta a Junta. Disse, à semelhança de outras situações, a Junta de freguesia regista, havendo várias formas de exercer cidadania, a forma como este grupo tem procurado exprimir a sua opinião. Disse ser um ato de cidadania que deve merecer da parte da Junta de Freguesia a melhor atenção e abertura ao diálogo. Como é evidente, quem governa os territórios, não pode partir do princípio que acha que é o único detentor da verdade sobre as decisões, como também quem procura a Junta de Freguesia para apresentar os seus pontos de vista e fazer os seus protestos apresentando as

suas posições, também não pode partir do princípio que a sua opinião é a verdade absoluta sobre as situações. Assim, seria justo dizer que a discussão pública teve a participação de algumas instituições, de alguns cidadãos, incluindo o abaixo-assinado subscrito pelos presentes na presente sessão. Disse que a junta recebeu participações de toda a ordem, desde pessoas que são favoráveis e que até queriam mais um equipamento para além do Pavilhão, até pessoas contra o projeto. Houve posições de pessoas que se concentraram muito em alertar a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. Também seria bom deixar claro que apesar da obra ser uma obra da iniciativa municipal, tem o acordo e o apoio da Junta de Freguesia. Referiu que foi a partir desses contributos que o projeto foi sendo melhorado. Deu como exemplo a preservação da bancada, a reconstrução do Polidesportivo ou o acesso à Rua das Pedreiras, entre outros. Disse que a Junta estudou e ponderou sobre todas as participações, tendo remetido as mesmas para os autores e promotores do projeto. Salientou que o mais importante relativamente ao processo de requalificação daquele patamar do Parque de São Caetano/Construção do Pavilhão Desportivo, agora que é uma realidade, é que o processo permita assegurar algumas questões que foram até há pouco questionadas. Passou a elencar essas questões iniciando pela manutenção da faixa arbórea e da sua importância no contexto do Parque. Disse, a este propósito, que apesar do projeto prever o abate de alguns exemplares, o saldo será positivo e no final do projeto a faixa arbórea será reforçada. Abordou de seguida a questão do estacionamento e que o número de lugares previsto será dimensionado de forma a assegurar a correta utilização do espaço. Ainda sobre este tema realçou o facto do número de lugares de estacionamento bem como o acesso de veículos ao pavilhão ser objeto de análise por parte das entidades públicas que tutelam a área da segurança e da proteção civil. Acrescentou referindo especificamente que a abertura do acesso através da Rua da Pedreiras contemplará naturalmente lugares de estacionamento. Sobre a acessibilidade abordou ainda o tema do acesso de pessoas com mobilidade reduzida, garantindo que este será assegurado. Disse que esta situação é, hoje, uma condição elementar e que estará naturalmente devidamente salvaguardada. Por outro lado, disse ser também, obviamente, do interesse da Junta de Freguesia que aquelas atividades, que são atividades emblemáticas que se fazem no Parque de São Caetano, como o Dia da Comunidade, que é realizado pela Paróquia, como o Dia da Família, que é recente, que é organizado pela Associação de Pais das Escolas de Valadares em colaboração com a Junta de Freguesia, e também o Dia Mundial da Criança, atividades que são mais emblemáticas no Parque de São Caetano, assim como, o Desfile Sanjoanino, atividade de recreio que a junta muito valoriza, por diversas formas, todas elas, estão asseguradas. Disse que a sua continuidade e a sua realização com sucesso, que tem tido até hoje, tanto mais que duas delas só existem por iniciativa desta Junta e deste Presidente de Junta, estão asseguradas e que seria o último interessado em condenar ao insucesso os dois eventos que, lembrou que, um foi idealizado por si, o Dia Mundial da Criança e um outro que só surge porque tem o apoio da Junta de Freguesia, o Dia da Família, que é organizado pelas Associações de Pais das Escolas de Valadares. Relativamente às atividades automobilísticas, disse ser falso que alguma das atividades tenha sido deslocada. Disse que até 2015 só havia um pedido anual para a realização de um evento automobilístico de exibição. Disse que no parque de São Caetano, como todos compreenderão, não é possível realizar provas pois nenhuma entidade o autorizaria. Esclareceu que não se trata de provas mas

7

antes de exposições automobilísticas. Disse a este propósito que o Parque de São Caetano não é um recinto que se possa fechar só para essas pessoas pelo que obriga, sempre que existam esse tipo de práticas, a um pedido específico ao organizador no sentido de emitir uma declaração de responsabilidade civil caso o evento provoque um acidente em cima de uma criança ou em cima de uma pessoa. Disse que tal procedimento não se trata de mera burocracia. Disse ser necessário garantir a compatibilização no uso dessas práticas com a fruição do Parque pelos restantes utilizadores. Questionou se a salvaguarda da segurança pode ser considerada como burocracia. Ser que este procedimento é de quem está no lugar do decisor público e saber que tem que olhar para o Parque de S. Caetano com automóveis, mas também tem que preservar a segurança das outras pessoas que procuram o Parque de S. Caetano. Disse que para além da declaração de responsabilidade civil que o organizador tem que entregar na Junta, o mesmo se passa com todas as demais licenças obrigatórias perante a Lei, nomeadamente a licença de ruído, que tem de obter junto da Câmara Municipal, pois não cabe à Junta de Freguesia obter licença de ruído porque o evento não é organizado pela Junta. Reforçou dizendo que tal não se trata de burocracia. Disse que estes atos visam exclusivamente o cumprimento da lei. Como disse há pouco aquilo que neste momento nos move é por um lado a execução do projeto nos moldes já referidos e promoção deste novo espaço no seio da comunidade. Disse que a Junta se encontra a dialogar com algumas instituições da nossa freguesia para que no dia em que o Pavilhão for inaugurado, parte ou a maioria do horário noturno do Pavilhão, o horário nobre do Pavilhão, seja utilizado por instituições de Vilar do Paraíso para desporto federado. Neste momento a ideia do projeto já motivou duas instituições da Freguesia a dialogar com a Junta de Freguesia para montar duas secções desportivas de desporto federado e, também, neste momento, obviamente que aquilo que nos move é a continuidade do investimento no Parque de S. Caetano. Concluiu dizendo que independentemente das diferenças de opiniões, a Junta de freguesia conseguiu fazer do Parque de S. Caetano uma prioridade de primeira linha do investimento municipal, assegurando que na altura certa se tornará público o prolongamento deste investimento municipal para além do patamar superior do parque municipal. Disse haver ainda alguma burocracia que está a ser resolvida pela Junta de Freguesia e que se prende com a propriedade de parcelas de terreno, assim como, a desobstrução de algumas situações que existem na restante área. Será anunciado o futuro do investimento municipal na restante área do Parque de S. Caetano.

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia:** Encerrado o período aberto à intervenção do público, agradeceu a todos, pela adesão da população, louvando a iniciativa que capacita a Assembleia de Freguesia como um órgão digno e representativo da Freguesia, neste caso da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso.

## 2. Período de Antes da Ordem do Dia

- **Sra. Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Apresentou uma moção denominada “**Preservar o ambiente e a natureza, prevenir alterações climáticas**”. A moção encontra-se em anexo à presente ata e foi lida em

voz alta (Vide Doc. 6).

- **Sr. José Ricardo Dias Lopes (CDS/PP):** referiu pequenas recomendações, nomeadamente a questão de alguns passeios que carecem de intervenção, em particular o passeio na Avenida Nuno Alvares, mesmo em frente à Escola Secundária António Sérgio, o passeio que já há alguns anos carece de intervenção, as árvores desenvolveram raízes que danificam as patelas. Na Avenida Nuno Alvares, frente à Escola Secundária, uma zona que diariamente tem cerca de uma centena de pessoas, existem danos nos paralelos, nos passeios, causando tropeções. Referiu que junto à Fonte dos Arrependidos, a terra desmoronou e caiu na rua. Questionou se o proprietário do terreno já foi identificado para corrigir o muro.

- **Sr. Nuno Filipe Pinto de Sousa (BE):** Apresentou uma “**Saudação à greve climática global – Não há Planeta B**”. A saudação encontra-se em anexo à presente ata e foi lida em voz alta (Vide Doc. 7). Apresentou um “**Voto de Pesar**”, pelo falecimento do Professor Jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Este voto de pesar encontra-se em anexo à presente ata e foi lido em voz alta (Vide Doc. 8).

- **Sr. Gustavo Leite Gama (PSD):** apresentou uma intervenção. Esta intervenção encontra-se em anexo à presente ata e que foi lida em voz alta (Vide Doc. 9).

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia:** não havendo mais nenhum inscrito, deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

- **Sr. Presidente da Junta de Freguesia:** relativamente às moções sobre as questões climáticas, obviamente que somos responsáveis por contribuir para novas práticas e políticas, amigas do ambiente e que ajudem a combater as alterações climáticas. Não aprofundando esse debate, pois levaria a outros; transportes, energia etc., considera que a assembleia de freguesia não é propriamente o espaço adequado para fazer política nacional. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Representante do CDS, Ricardo Lopes, de facto os passeios na Avenida Nuno Alvares, encontram-se em péssimo estado não sendo uma situação fácil de resolver. Plantaram-se plátanos por todo o Município. Sendo árvores infestantes, disse haver muitas situações, quer em Vilar do Paraíso, quer em Mafamude, de conflito entre moradores e os plátanos. Disse que os Técnicos do Parque Biológico estão a par da situação, fazendo jus às dificuldades inerentes ao corte das raízes e às dificuldades envolvidas com as caldeiras. Referiu que a prioridade foi o rebaixamento dos passeios nas passadeiras para pessoas com mobilidades reduzidas. Disse mesmo que o Bloco de Esquerda trouxe esse assunto à Assembleia de Freguesia. Reconhece que a Câmara fez um grande trabalho no rebaixamento dos passeios nas passadeiras. Foi executada uma rampa para pessoas com mobilidade reduzida na entrada do Liceu de Gaia até à Biblioteca Municipal. Serão executados arruamentos asfaltados na União de Freguesias. Disse que a União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso será o território mais contemplado com o acordo quadro de asfaltamentos e tudo começará pela Quinta do Sardoal, Rua Nossa Senhora do Carmo, Rua Nossa Senhora da Hora. A Junta de Freguesia está a preparar um levantamento geral em Mafamude e

Vilar do Paraíso, para que em 2020 se faça uma reparação nos passeios, assim como a criação de novos passeios em Vilar do Paraíso e em Mafamude até ao nosso esforço orçamental. Quanto à intervenção do PSD, apresentou a sua posição relativamente à requalificação do Parque de S. Caetano e a construção do Pavilhão. Disse que a junta teve em consideração essa posição, tendo sido explicados globalmente os contributos veiculados junto da Câmara Municipal com o devido destaque. Assumi que ainda existem zonas da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso fragilizadas na rede de abastecimento de água e saneamento. Disse que a Junta continua a insistir todos os anos junto das Águas de Gaia, na altura em que preparam o seu Plano e Orçamento para o ano seguinte, de forma a incluir alguma obra ou algumas obras em Vilar do Paraíso ou em Mafamude. Disse que a Junta teve o privilégio, durante uns tempos, de ter o Engenheiro Tiago Braga como administrador das Águas de Gaia e agora ter o Dr. Miguel Lemos, que foi Tesoureiro desta Junta, como Administrador Executivo das Águas de Gaia. Disse tentar manter essas influências positivas a favor da nossa União de Freguesias.

- **Sr. José Ricardo Dias Lopes (CDS/PP):** referiu que foi entregue uma petição à assembleia de freguesia para ser distribuída pelos grupos parlamentares. Questionou se esta foi reencaminhada para o email geral do CDS.

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia:** respondeu que relativamente à petição que chegou à assembleia de freguesia apenas continha um conjunto de considerandos sobre o projeto e a lista dos peticionários. Mais referiu não ter qualquer solicitação no sentido da assembleia de freguesia tomar qualquer tipo de diligência. Ainda assim, registou que a petição foi encaminhada para o órgão executivo da Junta de Freguesia, como normalmente acontece nestes termos. Não havendo mais inscrições procedeu de imediato à votação das propostas apresentadas.

- **Moção**, apresentada pela CDU (Vide Doc. 6) – **Preservar o Ambiente e a natureza, prevenir alterações climáticas.** Esta Moção foi **aprovada por unanimidade.**

- **Voto de Saudação** à greve climática global – **Não há planeta B**, apresentado pelo BE (Vide Doc.7). Este documento foi **aprovado por unanimidade.**

- **Voto de Pesar**, pelo falecimento de Jorge Leite, apresentado pelo BE (Vide Doc. 8). Este documento foi **aprovado por unanimidade.**

#### **4.1-Apreciação da Informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia ao abrigo da alínea e) d n.º 2, artigo 9.º da Lei n.º 75/20136, de 12 de setembro.**

- **Sr. Presidente da Junta de Freguesia:** a informação da atividade da Junta de Freguesia de 25 de maio a 16 de setembro, fez parte do texto que enviou à assembleia de freguesia, constando a situação financeira da Junta de Freguesia à data, 16 de setembro.

- **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia:** Muito obrigado Senhor Presidente, estão abertas



as inscrições. Não havendo nenhuma inscrição dou a palavra ao Senhor Presidente se quiser fazer alguma intervenção.

- **Sr. Presidente da Junta de Freguesia:** não há perguntas para responder, deu-se o caso singular, de que no período da ordem do dia se usou apenas dois minutos e trinta e três segundos.

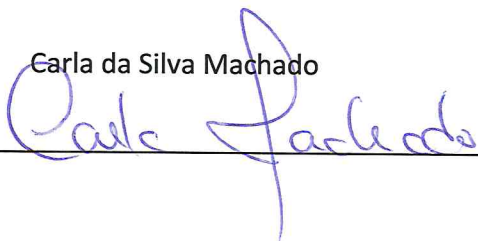
- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente, Eng. Tiago Braga, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, eram vinte e duas horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a minuta da presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Carla da Silva Machado, primeira secretária, que a elaborei e subscrevo.

O Presidente da Assembleia de Freguesia,



---

Carla da Silva Machado



---

# **ANEXOS**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da Freguesia de Vilar do Paraíso

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso

Exmos. Eleitos

Exmo. Auditório

Por uma questão de respeito e de sentido de preservação do património, da história e da identidade de Vilar do Paraíso, venho recordar aos presentes que em 1964, no então designado Parque Desportivo de S. Caetano foi inaugurada a primeira pista permanente para a prática do karting em Portugal, com utilização regular. Esta pista foi construída, em parte, em terrenos cedidos para esses fins por vilarenses, e o seu projeto promovido também por diversas personalidades de então, entre os quais o Presidente da Junta de Freguesia, Dr. Wenceslau de Sá, tendo sido constituído em 1965 o "Clube Desportivo de S. Caetano", cujos estatutos foram aprovados pela Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.

Ao longo das décadas de 60, 70 e 80, a pista de S. Caetano contribuiu para a ampla promoção de Vilar do Paraíso, não apenas a nível regional, mas também a nível nacional, através de diversas provas inseridas nos respetivos campeonatos regionais e nacionais, não só ao nível do karting, mas também do automobilismo, nomeadamente através da realização de provas de perícia e gincana e partidas e chegadas de ralis e respetivas provas complementares, destacando-se de entre estas provas o Rali a Vilar do Paraíso, prova inscrita nos campeonatos regulados pelo ACP (Automóvel Clube de Portugal), sendo o Clube Desportivo de S. Caetano detentor do alvará nº 17 de "Clube detentor de título de organizador".

Sei que os tempos são outros, mas a memória fica. E esta deve ser preservada fisicamente e transmitida às gerações futuras.

Ao ter conhecimento da intenção de se edificar nesta pista, com o seu pavimento ainda em bom estado de conservação, uma construção de chapa e betão, designada "Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso", fiquei perplexo, não apenas pelo atentado à sua história e identidade, mas sobretudo pelo desadequado enquadramento arquitetónico e paisagístico de um "mamarracho" naquele local.

Não que eu seja contra os pavilhões desportivos! Só que o local em causa não é o adequado. Todos conhecemos outras aberrações em betão que depois de serem construídas ali ficam a eternizar o erro e impedir qualquer correção. Este procedimento faz lembrar o acontecido no Porto no final dos anos 40, o tristemente célebre derrube do Palácio de Cristal, para aí construírem um pavilhão.

Não gostaria que, por mera passividade, o mesmo acontecesse no Parque de S. Caetano e por isso aqui estou.

Não faltam outros locais na Freguesia onde se possa construir sem destruir!

Reconheço que a gestão da coisa pública não seja fácil, mas deverá sempre pautar-se por bom senso, competência e transparência, ou seja, a construção de um pavilhão numa zona verde que necessita urgentemente de recuperação, não deverá ser certamente a prioridade.

Tendo em vista as boas práticas ambientais, sugiro que reflitam na promoção de ações mais alinhadas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e adotados também pela Comunidade Europeia, nomeadamente o seu objetivo nº 11 (cidades e comunidades sustentáveis), nº 13 (ação climática) e nº 15 (proteger a vida terrestre). Esta minha proposta apresenta-se alinhada com estes objetivos.

As primeiras fases de qualquer intervenção que agora ocorra no Parque de S. Caetano deverão focar-se na recuperação e manutenção dos seus belíssimos espaços verdes com árvores de grande porte e na melhoria e construção de infraestruturas para atividades ao ar livre.

No que respeita à pista de karting, a fruição do seu espaço poderá e deverá ser aproveitado para a valorização da sua história e identidade com a realização de eventos diversos, tais como concentrações de automóveis clássicos e outros eventos solicitados por entidades privadas para a promoção dos seus serviços e produtos, bem como as mais diversas atividades de ar livre que necessitem de um espaço mais amplo e possam tirar partido das bancadas existentes.

Segundo as informações que tenho, as solicitações para a organização de eventos desta natureza têm sido dificultadas por burocracias e exigências desadequadas, impostas pelos serviços da Junta de Freguesia. Esta forma de proceder tem levado estes eventos para freguesias vizinhas, como Arcozelo, que têm sabido aproveitar com sucesso o que esta junta tem rejeitado por desconhecimento e má gestão, pois nem saberão que nestes eventos não se realizam atividades desportivas eventualmente perigosas, mas apenas um saudável convívio em torno de belos e bem conservados automóveis e motociclos clássicos que fazem as delícias dos participantes e do público que aí ocorre. Sugiro que façam uma visita a Arcozelo para se aperceberem das oportunidades que têm desperdiçado.

O que eu peço é que valorizem e tirem partido da memória dos locais da freguesia e este em particular é importante e único, não só para os vilarenses como também para os gaienses em geral.

Não destruam esta memória, valorizem-na.

Num tempo em que a maioria das autarquias tem realizado excelentes trabalhos de recuperação e reabilitação de zonas verdes para atividades ao ar livre, com brio e opções bem pensadas, a freguesia de Vilar do Paraíso continua a insistir no lamentável discurso do betão.

Sabe-se lá porque razões.....!!!!

Muito obrigado.

Vilar do Paraíso, 2019/09/30



Vitor Casimiro da Costa

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,  
Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso e  
restante executivo,  
Exmos. Senhores deputados,  
Estimados fregueses,

Após a apresentação pública do projeto do Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso, no dia 10 de Junho de 2019, lançou-se a petição "Um Pavilhão no Parque de São Caetano, não!".

A razão pela qual foi criada é simples: no fim da apresentação, questionamos o Sr. Presidente da Junta acerca do período de discussão pública do projeto; afirmou que a discussão já tinha sido feita desde o dia 21 de Janeiro e que em breve o projeto seguiria para especialidades; como bem se entende, não é em sede de especialidades que se discutirá a implantação do edifício, ou seja, o lugar de implantação era um dado adquirido; a partir desse momento, considerou-se produtiva a discussão coletiva de ideias e a apresentação das conclusões obtidas às Assembleias de Freguesia e Municipal, passados 9 dias da apresentação pública do projeto; constituiu-se, assim, a petição pública - um instrumento de cidadania que permite apresentar propostas a qualquer órgão de soberania.

Estranha-se, precisamente, a ausência de resposta por parte dos órgãos a quem é endereçada a petição: a presidência das Assembleias de Freguesia e Municipal, bem como dos executivos, que também tomaram conhecimento da mesma. Sr. Presidente da Assembleia, rececionou a nossa petição?

Na contínua procura de diálogo, seguiram-se dois pedidos de audiência, à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal. Apenas fomos recebidos pelo Presidente João Paulo Correia, com quem tivemos a oportunidade de debater as nossas ideias.

É conhecida, também, a aprovação, por unanimidade, do contrato de cedência da superfície do Parque de São Caetano à Câmara Municipal de Gaia, a 11 de Março deste ano. Gostaríamos de questionar os partidos políticos aqui representados: no momento da votação, conheciam algum projeto de arquitetura para o local? Se sim, que razões os levaram a viabilizar? Se não, porque cederam o espaço sem o conhecimento prévio do projeto de arquitetura?

O Grupo de Cidadãos gostava de ser esclarecido quanto a estas questões.

Muito obrigado.

Ala Rita Ferreira Sousa

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,  
 Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso e  
 restante executivo,  
 Exmos. Senhores deputados,  
 Estimados fregueses,

Começo por agradecer a disponibilidade do Presidente João Paulo Correia em responder positivamente ao pedido de audiência para discutir o atual projeto do Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso. Nos tempos que decorrem no nosso município é, de facto, uma atitude de louvar.

No nosso debate, ficou clara a diferença de opiniões face ao atual projeto:

- Primeiramente, recorda-se que foi apresentada, publicamente pela Câmara, uma intervenção em 8600 m<sup>2</sup>, na zona sul do Parque. De seguida, já se apelidou de 1<sup>a</sup> fase, sem se conhecer concretamente quais as que se seguiriam. Tudo isto, sem ser elaborado um estudo prévio, estrutural, assumindo o Parque como um potente elemento urbanístico da freguesia, valorizando os seus acessos e equacionando as expansões previstas no Plano Diretor Municipal de Gaia, cujo projeto não lhe dá cumprimento.

Parece-nos, Senhor Presidente, que o processo começou pelo fim e o seu fim vai representar o início de um Parque de São Caetano fragmentado de intervenções desconexas e ao sabor das circunstâncias;

- Pelo projeto anunciado, está implicado o abate de cerca de 37 árvores da plataforma sul do Parque, preservando-se apenas 14, assinalando-se o profundo impacto na paisagem da redução da mancha arbórea;

- Na mesma lógica de redução de área verde, o espaço a poente, reservado às merendas, apresenta uma perda significativa da área que tem atualmente. Recorda-se que, hoje, é este o espaço eleito pelos fregueses para o dia mundial da criança ou o dia da comunidade, entre outros eventos ao ar livre que aproveitam a sua sombra e amplitude.

- Apesar de não representarem um impeditivo ao projeto por si só, os seguintes factores, conjugados, indiciam de que o Pavilhão se poderá tornar um equipamento obsoleto, a curto prazo:

Primeiro, a inexistência de modalidades âncora ao pavilhão em Vilar do Paraíso;  
 Segundo, a fraca afluência de transportes públicos;  
 Terceiro, a fraca presença urbana do edifício.

- Analisando, ainda, a planta do projeto:

Primeiro, não se verifica uma pista com um desenho adaptado à prática de corrida e caminhada;

Segundo, desconhece-se a natureza do acesso de mobilidade reduzida pela Rua das Pedreiras;

Terceiro, perante uma nova bancada interior de 275 lugares e 4 campos de jogos, os 13 lugares de estacionamento previstos, acrescentando os criados na Rua das Pedreiras, não dariam resposta aos picos de utilização da infraestruturas.

Por último, destaca-se também a possibilidade de congestionamento no acesso de viaturas de emergência ao único portão de entrada de veículos;

- Hoje, o Parque é um espaço verde de utilização pública, livre e gratuita. A concretizar-se o projeto, o Parque de São Caetano veria nascer uma área coberta, com paredes de betão até aos 3 metros de altura, sujeita a uma reserva e a um pagamento, contrariando, desta forma, a sua essência;

Sr. Presidente da Junta, as perguntas são simples e claras:

- Porquê embarcar no projeto que foi possível, porque nos foi assim oferecido, e não pensar mais além, num parque como um todo, global, capaz de ser o nosso Parque da Cidade, 100 % livre e aberto, como por exemplo o Parque do Rio Úl, em São João da Madeira, o Parque do Buçaquinho, em Cortegaça, ou até o exemplo dos passadiços de Arcozelo, aqui bem perto?

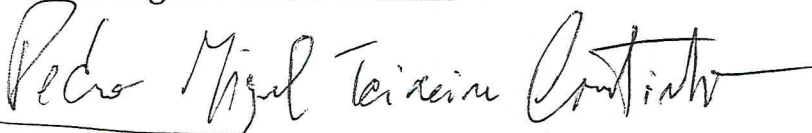
- Porquê olhar o Parque como o local para implantar um equipamento, e não começar pelas valências que ele anseia há anos, como uma ciclovia, vias pedonais a partir dos seus acessos, devidamente requalificados e amarrados às ruas envolventes, fomentando a sua frequência diária e prolongada?

- Porquê reduzir o olhar a 8600 m<sup>2</sup>, quando existem 35000 para valorizar e 120 000 para onde se pode expandir?

- Porquê um pavilhão no Parque para alguns e não um "Parque da Cidade" para todos?

Muito obrigado,

Pedro Miguel Teixeira Coutinho



## Moção

### **Preservar o ambiente e a natureza, prevenir alterações climáticas**

As causas que estão na origem da degradação do ambiente exigem respostas prontas e decididas para a inverter.

A destruição da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva, principais causas da degradação do ambiente, são consequência do modo de produção capitalista que conduz à exploração abusiva dos recursos para além das necessidades dos seres humanos, à sobreprodução e ao desperdício.

É sentimento geral a necessidade de adoptar medidas no sentido da protecção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico. Mesmo reconhecendo-se que são múltiplos os factores, objectivos e subjectivos, que influenciam as condições climáticas e que estão na origem das suas alterações, os que têm origem na relação com a natureza e os seus recursos têm um peso não desprezível. Enfrentá-los exige e adopção de políticas sérias e consistentes, a mobilização de recursos, a ampliação da consciência dos problemas e das causas que os promovem. Os alarmismos em torno das alterações climáticas só servem os interesses dos negócios em nome do ambiente e podem servir como justificação para a criação de novas taxas e impostos ditos verdes que penalizam comportamentos individuais das camadas mais pobres ou para acentuar a implementação de mecanismos financeiros e especulativos, como o mercado do carbono, que tornam a poluição um negócio de muitos milhões em que é mais barato poluir do que investir em tecnologia para reduzir as emissões para atmosfera.

Em Portugal, ao longo dos anos depois do 25 de Abril de 1974, o Poder Local Democrático tem desenvolvido um esforço notável na implementação de políticas públicas defensoras do ambiente:



- o abastecimento de água às populações e a defesa da água como um bem público;
- a implementação do saneamento básico com redes de recolha e tratamento de efluentes;
- uma política de higiene urbana com recolha e tratamento de resíduos sólidos;
- o desenvolvimento de uma política de ordenamento do território, com a ocupação do solo e gestão do espaço público, implementando e salvaguardando zonas e espaços verdes e de lazer;
- e ainda, mais recentemente, a participação na redução tarifária dos transportes públicos, a medida de maior impacto no plano das condições ambientais, designadamente pela contribuição que pode dar para uma redução significativa do transporte individual e do volume de emissões que dele decorre.

É compreensível que no plano local a resposta que pode e deve ser dada seja apenas uma pequena parcela da acção mais geral que a dimensão e premência de um problema de escala planetária reclama.

Mas ainda que reconhecendo que a contribuição é limitada, é nosso dever corresponder ao carácter emergente que a dimensão e a urgência da questão, nas suas multifacetadas expressões, assume.

A protecção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico com o que contribuem também para alterações de clima que urge prevenir, exigem, mais do que enunciados proclamatórios, dramatizações e a disseminação de medos baseados em cenários catastrofistas, a adopção de medidas, o reforço de meios e uma intervenção mais empenhada e determinada pelo interesse público, por parte do Governo e das Autarquias.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, reunida a 30/09/2019, delibera:

1. Exigir a adopção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional; exigir o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua gratuitidade e alargando a sua oferta em detrimento do transporte individual; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis; a defesa da produção local;
2. Exigir igualmente o reforço dos meios financeiros das autarquias para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências;
3. Instar o Município a prosseguir e a intensificar as acções, medidas e projectos que no quadro geral de um programa de protecção dos valores ambientais e de promoção dos recursos ecológicos e naturais contribua para prevenir causas que estão na origem de alterações climáticas.

Mafamude e Vilar do Paraíso, 30 de Setembro de 2019

Pe'la CDU,

  
(Elsa Silva)



Assembleia de Freguesia de Mafamude / Vilar do Paraíso  
Grupo do Bloco de Esquerda

### Saudação à greve climática global

#### Não há Planeta B

Decorreu na passada semana por todo o mundo, diversas ações para a exigência de uma nova visão ambiental de defesa do futuro, desde o Seminário da Ação Climática promovido por António Guterres, Secretário - Geral da ONU à greve geral pelo clima marcada para dia 27 de Setembro, constituindo momentos do reconhecimento da emergência climática.

O aquecimento global está a acelerar e se nada for feito, em 2030 teremos ultrapassado o aumento de 2° C na temperatura global, barreira a partir da qual se desencadeiam fenómenos irreversíveis de caos climático. No nosso país, os efeitos das alterações climáticas já se fazem sentir, na seca nas regiões mais a sul ou em fenómenos extremos, como os incêndios de 2017, com vítimas humanas.

Com o clima não se negocia. Faliu a política dos pequenos passos, da consciencialização individual e do capitalismo verde. Apelar à responsabilidade da reciclagem não travou o aumento do plástico em circulação. O comércio das licenças de emissões de carbono consolidou o modelo energético. A emissão de gases com efeito de estufa acelerou na última década. É urgente uma nova estratégia. Não podemos esperar mais.

A mobilização extraordinária das mais jovens gerações em torno da crise climática não é um simples grito de desespero. É a força para uma transformação radical em nome das nossas vidas.

Ninguém consciente, tem dúvidas quanto à emergência de uma viragem efetiva nas políticas ambientais, que cortem de vez com a devastação dos territórios, que estancuem e venham progressivamente a encerrar fontes poluidoras, que cortem a utilização de combustíveis fósseis.

A greve climática global, com a participação de outros setores da sociedade para além do estudantil é um momento de participação e intervenção cívica que importa valorizar face à emergência climática que o planeta atravessa e que merece desta assembleia a sua aprovação e saudação.

A Assembleia da União de Freguesias de Mafamude/Vilar do Paraíso, reunida em 30 de Setembro de 2019, delibera:

- Saudar a greve climática global, todos e todas que participaram e contribuíram para tal iniciativa

Os Representantes do Bloco de Esquerda

Vilar do Paraíso, 30 de Setembro de 2019

Assembleia de Freguesia de Mafamude / Vilar do Paraíso  
Grupo do Bloco de Esquerda

### Voto de Pesar

No passado dia 24 de Agosto faleceu Jorge Leite. Professor jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, deixou como uma das principais marcas da sua carreira académica a defesa da autonomia do direito do trabalho face a outras áreas do direito. Foi um dos impulsionadores, há mais de 25 anos, da revista “Questões Laborais”.

Para além do pensamento rigoroso nos temas de direito do trabalho, teve em toda a sua vida uma exemplar intervenção cívica, empenhando-se no combate à precarização dos vínculos laborais e às políticas de desvalorização económica e pessoal dos trabalhadores.

“Só com condições dignas de trabalho, só com salários dignos se promove crescimento económico, o desenvolvimento humano”, escreveu Jorge Leite. Através dos seus inúmeros escritos e também pelo seu exemplo de vida, deixou-nos um legado inestimável de coerência, de defesa dos direitos do trabalho, da justiça social e da dignidade da pessoa humana.

A Assembleia da União de Freguesias de Mafamude / Vilar do paraíso, reunida em 30 de Setembro de 2019

- Aprovar um voto de pesar e envio de condolências à Família pela morte de Jorge Leite referência maior na luta pela dignificação do trabalho e pela justiça social

Os Representantes do Bloco de Esquerda

Vilar do Paraíso, 30 de Setembro de 2019



*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia*  
*Exmo. Sr. Presidente do Executivo*  
*Exmos. Membros da Assembleia*  
*Exmo. Público,*

No passado dia 11 de Março de 2019, os membros eleitos pelo Partido Social Democrata à Assembleia de Freguesia de Mafamude e de Vilar do Paraíso aprovaram a cedência do terreno, propriedade da Junta de Freguesia, à Câmara Municipal, para viabilizar o projeto de construção do Pavilhão Gimnodesportivo em São Caetano. No entanto, antes da aprovação da mesma fizemos duas sugestões à Minuta inicialmente apresentada:

1. a referência à finalidade a que se destinava essa cedência, no caso para garantir que seria para realizar um Pavilhão, uma vez que não constava do documento
2. em anexo deveria constar o projeto de arquitetura

Apesar da cedência por parte do Executivo da Junta no 1º ponto que retificou a Minuta ainda antes da votação da mesma, o 2º ponto não foi acedido, e por isso, apenas ficamos a conhecer o projeto em concreto dia 10 de Junho, através da apresentação por parte do Presidente da Câmara Municipal de Gaia, Dr. Eduardo Vítor Rodrigues.

Para o PSD Mafamude e Vilar do Paraíso, a aprovação da cedência do terreno foi balizada por quadro vetores que consideramos fundamentais:

1. Convergência total da necessidade de requalificação do Parque São Caetano
2. Afirmação inequívoca de que um pavilhão Gimnodesportivo em Vilar do Paraíso não se afigurava na nossa opinião, uma infraestrutura prioritária, uma vez que não existem equipas desportivas na Freguesia que pudessem usufruir do mesmo, e inclusivamente, porque consideraríamos mais ajustado a construção de umas Piscinas;
3. Respeito absoluto pelo facto da construção de um Pavilhão Gimnodesportivo constar do manifesto eleitoral do Partido Socialista nas últimas Eleições Autárquicas, das quais saiu vencedor, tendo legitimidade,

e obrigação política) de levar a cabo esta obra em cumprimento de uma promessa eleitoral;

4. Não impedir que, independentemente das nossas prioridades, com natural respeito pelo voto popular, não se bloqueasse qualquer investimento na Freguesia

Considerando que a apresentação deste investimento tem suscitado discussão na Freguesia, tendo merecido, inclusivamente, visibilidade na comunicação social, entendemos ser fundamental afirmar, de forma clara e transparente, a posição final da Comissão Política do Partido Social Democrata - Núcleo de Mafamude e Vilar do Paraíso, bem como a dos seus eleitos à Assembleia de Freguesia. Esta clarificação é, para nós, importante num contexto de proliferação de posições e de manifestações diversas que podem gerar confusão ou falta de entendimento da posição do PSD sobre esta matéria.

Assim, em primeiro lugar, queremos afirmar que o PSD considera que a base fundamental que levou à aprovação da cedência dos terrenos pelos membros eleitos pelas listas do nosso partido se mantém intacta.

Com efeito, o PSD, apesar de não considerar prioritária a construção de um Pavilhão Gimnodesportivo em Vilar do Paraíso, considera que esta construção vai dotar a Freguesia de uma infraestrutura inexistente e que, conseqüentemente, valorizará este território e pode ser uma oportunidade de dinamizar a prática desportiva na Freguesia.

Porém, o PSD entendeu que a construção proposta pelo seu executivo viria acompanhada por uma requalificação do Parque de São Caetano, o que permitiu encontrar um equilíbrio de convergência entre as propostas conhecidas e as nossas aspirações para Freguesia. Convergência, essa, que se materializou na nossa aceitação da cedência dos terrenos.

Em bom rigor, até hoje, não encontramos por parte Executivo qualquer declaração ou informação que fruste as nossas expectativas ou que contradiga o entendimento que, à data, tivemos. Neste sentido, o PSD Mafamude e Vilar do Paraíso teve a

oportunidade de dar o seu contributo com propostas que fossem de encontro ao facto consumado da construção do Pavilhão, das nossas preocupações na conservação do Parque de São Caetano e que melhorasse o projeto inicialmente, apresentando com 5 propostas:

1. Reforço da mancha arbórea, com vista a melhorar o espaço natural e ambiental do Parque de São Caetano;
2. Reforço dos espaços de lazer e requalificação do parque infantil, com vista a aumentar a atratividade e a capacidade do parque para responder a uma maior procura pelo usufruto deste espaço;
3. Criação de uma Pista de Manutenção, com o objetivo de dotar o parque de novas utilizações mais próximas dos paradigmas emergentes;
4. Criação de um sistema de iluminação noturna e de videovigilância, que permita dotar o parque de maior segurança;
5. Reforço da identidade do parque, aproximando-a da localidade, da sua cultura e das suas tradições, criando um arranjo paisagístico, desenvolvido por um profissional com raízes e/ou ligação a Vilar do Paraíso, de forma a criar um alinhamento coerente com o território.

A nossa posição e o nosso contributo deverão ser entendidos desta forma. Na procura de convergências que beneficiem o nosso território e os Vilarenses, e não na exploração de divergências ou querelas que não servem o interesse de ninguém.

Rejeitamos, por isso, a exploração dessas divergências, estando empenhados em contribuir para promover a requalificação do Parque de São Caetano, compatibilizando-se a construção de uma nova infraestrutura com a sua envolvente. Se tal for possível, consideramos que a ação política proposta apresenta uma clara mais valia para a Freguesia que representamos.

Pelos membros da Assembleia do PSD,

**Gustavo Gama**